

Congestionada a agenda do Congresso

por Cláudio Kuck
de Brasília

O presidente José Sarney reúne-se na manhã de hoje com os ministros da Fazenda, do Planejamento, das Minas e Energia, do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, da Agricultura e das Relações Exteriores, continuando a série de encontros setoriais que iniciou, na última sexta-feira, "para entregar a casa em ordem para o seu sucessor", conforme explicou o porta-voz do Planalto, Carlos Henrique dos Santos, ao repórter Itamar Garcez.

Ele deverá discutir os detalhes finais das medidas econômicas dentro do programa de emergência sugerido pelos parlamentares, para mandá-las ao Congresso Nacional ainda nesta semana.

Assim, os congressistas que não conseguem votar as 226 leis ordinárias e 45 complementares para implementar a nova Constituição terão ainda mais trabalho com as propostas de pacto, que vão congestionar a agenda. Há ceticismo entre os próprios parlamentares de que possam agilizar as votações até o início do "recesso branco" pré-leitoral, previsto para 15 de setembro, com o senador Nelson Carneiro querendo adiá-lo para outubro.

Na Câmara há um conjunto de 150 leis mandadas pelo Executivo esperando na fila por votação, enquanto os deputados discutem desde março seu regimento interno, envolvidos num cipoal de 400 pedidos de destaque. Sem ele as votações se tornam mais difíceis, ainda mais que o

regimento dará poder maior às comissões que, ao aprovarem um projeto, só precisarão mandá-lo a plenário se um número determinado de deputados (ainda não definido) requerer sua apreciação e votação.

Importantes projetos estão paralisados na Câmara, como a conversão e reajustamento dos aluguéis em prédios residenciais urbanos, a incidência do IOF nas operações do mercado a vista das bolsas de valores e o Plano de Benefício da Previdência Social, entre outros. Também esperam definição os projetos sobre instituição dos impostos sobre grandes fortunas e o que regulamenta as eleições de 1990 para governadores, senadores, deputados federais e estaduais, que necessitam de uma decisão até novembro. Isto sem falar nas 271 leis de regulamentação da Constituição, como o tabelamento dos juros, a de participação nos lucros das empresas e o Código de Defesa do Consumidor.

No Rio, o candidato do PDT, Leonel Brizola, voltou a criticar as pesquisas em que ele aparece como segundo colocado. O PFL anunciou que vai reavaliar a candidatura de Aureliano Chaves.